



PROGRAMA AÇÕES INTEGRADAS E REFERENCIAIS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA  
SEXUAL INFANTO-JUVENIL NO TERRITÓRIO BRASILEIRO – PAIR

ESCOLA DE CONSELHOS: A COMUNICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA  
O FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DO SISTEMA DE GARANTIA DE  
DIREITOS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA  
CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Matriz Pedagógica do Curso de Enfrentamento à  
Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Esse documento foi organizado pela equipe técnica do Programa Escola de Conselhos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como parte das ações de implantação do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR).

Campo Grande, outubro de 2004

Curso de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes



## Matriz Pedagógica do Curso de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

### SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO .....	3
II. CONCEPÇÃO DO CURSO .....	4
III. CARGA HORÁRIA – 60 horas – Presencial .....	5
IV. PÚBLICO ALVO.....	5
V. METODOLOGIA (Concepção do projeto pedagógico – a capacitação pretendida) .....	5
VI. GRADE CURRICULAR	
TEMÁTICAS GERAIS.....	6
OFICINAS ESPECÍFICAS .....	10
VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	11



## Curso de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

### MATRIZ PEDAGÓGICA<sup>1</sup>

#### I. APRESENTAÇÃO

O fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil foi incluído na agenda da sociedade civil como uma questão relacionada à luta nacional e internacional pelos direitos humanos de crianças e de adolescentes, preconizados na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, na Constituição Federal Brasileira e no Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90.

Nesses últimos três anos, de sua parte o Governo Federal vem operacionalizando algumas das ações previstas no Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil, em especial no que diz respeito ao atendimento social especializado, por meio do Programa Sentinela; atendimento de saúde especializada, por meio da rede de referência do Sistema Único de Saúde, e na defesa de direitos, com ações de implementação e fortalecimento de Conselhos Tutelares, Delegacias de Proteção à Infância e à Juventude e Defensorias Públicas.

Como resposta às orientações contidas na Pesquisa Nacional de Tráfico de Mulheres e Adolescentes para fins de Exploração Sexual, numa iniciativa das Secretarias de Estado de Assistência Social/MAS e dos Direitos Humanos/MJ, em parceria com a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional - USAID, foi elaborado, em agosto de 2002, o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro - PAIR.

O PAIR propõe integrar políticas para a construção de uma agenda comum de trabalho, entre Governos, Sociedade Civil e Organismos Internacionais, visando ao desenvolvimento de ações de prevenção e atendimento a crianças e adolescentes vulneráveis ou vítimas da exploração sexual e tráfico para esses fins.

Dentre as metas voltadas ao fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos e ao Atendimento Integrado, estão as ações de capacitação dos operadores da Rede de Atenção, Defesa e Responsabilização. Seguindo a lógica do Programa, as ações de capacitação devem constituir-se em Ações Referenciais, construindo uma Matriz Pedagógica que, depois de testada e avaliada, possa tornar-se subsídio para processos de qualificação dos agentes que atuam nos diversos programas e serviços da área.

Para a organização do processo, aproveitando o sucesso alcançado nas capacitações de Conselhos de Direitos e Tutelares empreendida pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, através do Projeto Escola de Conselhos do Departamento de Jornalismo, o Grupo Gestor do PAIR convidou essa instituição para o desenvolvimento de uma proposta metodológica que servisse de base para ações capacitadoras, nessa área, que viessem a contemplar tanto a diversidade temática necessária quanto as dinâmicas de cada uma das cidades abrangidas pelo Programa.

Nesse sentido, levando em conta os dados diagnósticos de cada cidade e após ampla consulta técnica a todos os profissionais que atuam no Programa em seus diversos níveis, a Escola de Conselhos propõe o desenvolvimento da presente Matriz Pedagógica para o Curso de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

<sup>1</sup> Autoria: Profª. Drª. Mônica Magalhães Kassar, Profª. MsC. Catarina Pereira da Rosa, Profª. MsC. Sandra Francisco de Amorim e Profª. Drª. Maria de Lourdes Jeffery Contini/CREIA/UFMS.



## II. CONCEPÇÃO DO CURSO

A garantia dos direitos sociais das crianças e adolescentes tem seu fundamento na Declaração dos Direitos Humanos, elaborada na década de 40. Desde então, a implementação e o cumprimento dessas garantias são feitos de lutas, tanto no plano das relações de produção da sociedade quanto no plano ideológico.

O Brasil tem se organizado, especialmente a partir de 1990, para estabelecer o cumprimento dos direitos sociais de seus cidadãos, elegendo o segmento infanto-juvenil como prioritário para o desenvolvimento das políticas e programas. Essa preocupação levou a sociedade civil e a sociedade política à aprovação de uma legislação específica – o Estatuto da Criança e do Adolescente, cujo conteúdo baseia-se na doutrina da proteção integral.

A promulgação da lei federal 8069/90 traz à tona o problema crônico da exclusão social das crianças e adolescentes, em relação à garantia de seus direitos, dentre elas o desenvolvimento saudável da sexualidade.

A realidade da sociedade brasileira tem revelado que, dentre as mais graves situações de exclusão, vulnerabilidade e risco social em que estão envolvidos crianças e adolescentes, encontram-se as situações de abuso sexual e de exploração sexual comercial. A violência sexual contra crianças e adolescente constitui-se em um fenômeno complexo, cuja compreensão requer a consideração do contexto histórico, econômico, cultural e político.

Após a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara Federal, em 1993, o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no país foi significativamente intensificado, tanto pela sociedade civil quanto pelos setores governamentais. Dessa forma o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes foi incluído na agenda da sociedade civil brasileira.

Como resultado da mobilização da sociedade brasileira, e impulsionada por compromissos políticos firmados pelo Estado Brasileiro em 1996 quando da realização do 1º Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, em Estocolmo, em junho de 2000 foi elaborado no país o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantil-Juvenil. Em julho do mesmo ano o Plano Nacional foi homologado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, apontando para a criação, fortalecimento e implementação de um conjunto articulado de ações e metas fundamentais para assegurar a proteção integral da criança e do adolescente em situação ou risco de violência sexual.

Enfrentar o problema da violência e da exploração sexual infanto-juvenil requer enfocá-lo como um brutal desrespeito aos direitos humanos, além de refletir sobre as ações no plano de produção material da sociedade e sobre as mudanças no modo de pensar e agir dessa sociedade.

Observa-se que os avanços na legislação brasileira, no que se refere ao sistema de garantias e defesa de direitos da criança e do adolescente, com destaque para o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, são de abrangência, complexidade e qualidade que não têm sido plenamente identificados e incorporados nas práticas dos profissionais responsáveis pela implantação e implementação de Políticas Públicas no Brasil.

Dentre as dificuldades que se interpõem na legitimação desses princípios verificamos um *modus operandi* dos atores envolvidos, caracteristicamente marcado por uma cultura que, em muitos aspectos, mantém princípios e representações que são antagônicos à cultura da proteção integral.



Modos de pensar e práticas instituídas ao longo da história não desaparecem apenas com as mudanças na legislação. Ao focar a questão ideológica, aponta-se a necessidade da percepção da existência de pensamentos que, historicamente enraizados, apenas lentamente são alterados, a partir do estabelecimento de novos paradigmas e da criação de condições objetivas para incorporação dessa nova forma de pensar e agir.

Considerando o exposto, o curso ora proposto pretende:

- Promover a capacitação dos segmentos envolvidos acerca do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes a partir da perspectiva dos direitos humanos;
- Enfocar o complexo problema do enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil, contribuindo para uma construção processual, mas sólida, de novas e sistemáticas formas de pensar e agir na/com a infância e a adolescência no Brasil;
- Refletir sobre as possibilidades, os impasses e compreender as dificuldades inerentes às ações relativas ao enfrentamento do problema;
- Capacitar e potencializar a mobilização dos segmentos comprometidos com o enfrentamento da violência e exploração sexual;
- Registrar e sistematizar a experiência desenvolvida no processo de capacitação, visando à disseminação de seus resultados, enquanto subsídio para processos de formação e qualificação de recursos humanos na área.

### III. CARGA HORÁRIA – 60 horas – Presencial

O Curso terá um total de 60 horas-aula, dividido em 1) Capacitação Geral e 2) Oficinas Específicas. A primeira consistirá de 40 horas-aula para desenvolvimento de temáticas gerais e dirigida a todos os participantes. A segunda parte será de 20 horas-aula, por meio das oficinas específicas, nas quais os participantes serão distribuídos, cujo objetivo é o aprofundamento de assuntos relacionados às áreas de Saúde, Educação, Defesa e Responsabilização, Comunicação, Protagonismo Juvenil, Educador Social, Atendimento Psicossocial Especializado, Operadores da Política da Assistência Social e outras que a população local elegeu como prioritário.

### IV. PÚBLICO ALVO

Operadores e agentes dos programas e serviços que compreendem a rede de atenção, defesa e responsabilização, bem como membros de fóruns, comissões e conselhos.

### V. METODOLOGIA (Concepção do projeto pedagógico – a capacitação pretendida)

No desenvolvimento dos conteúdos teóricos propostos na grade curricular das temáticas gerais, considera-se importante a adoção de uma metodologia que favoreça a participação ativa dos atores da rede. Ao final desta parte pretende-se que os participantes tenham domínio sobre os conteúdos considerados necessários para uma compreensão do funcionamento da Rede de Proteção.

Nas Oficinas Específicas a metodologia empregada deverá privilegiar os estudos dos casos concretos – para cada segmento da rede – de forma que os participantes se apropriem de ações embasadas, tanto numa concepção teórica (já vista na Capacitação Geral) como da prática adequada de abordagem e intervenção, sempre dentro de uma perspectiva de trabalho em rede.



Ao final das oficinas os participantes, num momento de plenária geral, socializam os conhecimentos das oficinas específicas para todo o grupo, com o objetivo de visualizar como a Rede deve ser estruturada, seu fluxo e acompanhamento por todos os atores do Sistema de Garantias e Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes em situação de violência sexual.

O compromisso das metas e ações a serem desenvolvidas pela Rede através do Plano Operativo para o Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, construído no âmbito de cada município, é então discutido, concensuado e pactuado entre participantes e autoridades locais, no momento da formalização de Pacto com a Sociedade, como parte do encerramento das atividades do processo de Capacitação presencial em cada município.

## VI. GRADE CURRICULAR

### TEMÁTICAS GERAIS

#### 1. AULA INAUGURAL/ DISCIPLINA: O Papel das Políticas Públicas no Processo de Desenvolvimento Integral de Crianças e Adolescentes - Principais Desafios no Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil

**EMENTA:** Apresentar o curso à luz do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, inserido numa perspectiva histórica da cultura de direitos humanos e da concepção da Doutrina de Proteção Integral, proposta no ECA. Esta compreensão deve favorecer a reflexão sobre formas de implementação das políticas públicas do ponto de vista da realidade social e econômica e, da necessidade de inclusão efetiva dos atores que atuam frente ao problema como protagonistas de um processo de mudança no modo de pensar e agir diante do fenômeno, com destaque à responsabilização de todos os segmentos.

**PROGRAMA:**

- Convenção Internacional dos Direitos da Criança/Constituição/ECA
- Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil/PAIR.

#### 2. DISCIPLINA: Violência Sexual contra crianças e adolescentes: Marcos Conceituais (8 h/a)

**EMENTA:** Compreender o fenômeno da violência contra a infância e adolescência como historicamente construído e multideterminado. Reconhecer a complexidade do fenômeno evitando a linearidade do pensamento no que diz respeito à sua compreensão e etiologia. A abordagem histórica da infância e adolescência deve subsidiar a compreensão da construção do modo de pensar e agir da sociedade em relação a essas populações. Refletir sobre as representações sociais no que se refere a: questões da banalização e naturalização do fenômeno da violência; associação/generalização de que as questões econômicas são determinantes para a ocorrência da violência; caracterização de infância e adolescência no que diz respeito aos limites legais de idade; erotização da infância e adolescência, especialmente na perspectiva da construção da identidade sexual; dentre outras. Identificar tipos, conceitos, contextos, causas e consequências da violência contra infância e adolescência. Refletir sobre a reprodução da violência nas instituições, inclusive a família.

**OBJETIVOS:**

Ao final os alunos devem ser capazes de:

- compreender os principais aspectos da violência sexual contra crianças e adolescentes, relacionando-os com fatores históricos e sociais;
- descrever a interconexão da violência sexual com as demais formas de violência contra criança e adolescentes: a violência estrutural, a violência física, a negligência e a violência psicológica;
- Identificar o papel complexo da mídia na banalização /prevenção da violência.





**PROGRAMA:**

Parte 1 - Sociedade, cultura e violência

- Infância e Adolescência: história social e concepções.
- Violência estrutural e vulnerabilidade acrescida
- Desfazendo representações e reconhecendo princípios:
  - ◆ Violência e exclusão social – fenômeno multidimensional
  - ◆ Gênero e a construção da identidade sexual
  - ◆ Concepções de sexualidade
- Diversidade dos comportamentos manifestos na infância e adolescência

Parte 2 - Tipos de violência contra a infância e adolescência.

- Abuso sexual, exploração sexual comercial (prostituição, pornografia, tráfico, turismo): caracterização, identificação, causas e conseqüências.
- A cultura de violência das/nas instituições: família, escola, instituições de saúde, instituições de atenção e proteção, etc.
- A Mídia e a Cultura da Violência.

**3. DISCIPLINA:** Sistema de Proteção Integral e da Garantias aos Direitos da Criança e Adolescente - limites e possibilidades na atuação (8 h/a)

**EMENTA:** Reconhecer as competências das instituições que compõem a rede de garantia e proteção para o segmento infanto-juvenil, identificados os limites e possibilidades de cada um dos atores/instituições envolvidos, visando otimizar as estratégias de atuação e minimizar a sobreposição de competências e/ou a desarticulação das ações.

**OBJETIVOS:**

Ao final os alunos devem ser capazes de:

- Reconhecer os Direitos das crianças e adolescentes no âmbito dos Direitos Humanos.
- Identificar os Princípios Fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente..
- Compreender as atribuições e competências do Sistema de Garantia de Direitos.

**PROGRAMA:**

Parte 1 - A Doutrina da Proteção Integral

- Princípios e concepções sustentadoras da doutrina da Proteção Integral
- Políticas públicas: formulação e estratégias de ação.

Parte 2 – Sistema de Garantias de Direitos.

- Competências: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), Conselhos Municipais de Assistência Social, Educação, Saúde.
- Competências: Conselhos Tutelares, Centros de Defesa, Segurança Pública, Defensorias Públicas, Ministério Público e Juizados da Infância.

**4. DISCIPLINA:** Violência Sexual contra crianças e adolescentes: a situação de violência à luz da legislação penal brasileira. (4 h/a)

**EMENTA:** Conceituando, dentro do Código Penal e da legislação complementar, a violência sexual.

**OBJETIVOS:**

Ao final os alunos deverão ser capazes de:

- Compreender o Direito numa perspectiva histórica enquanto necessidade para a existência da vida em sociedade.
- Identificar o Direito Penal como Direito público aplicada à toda comunidade e não a pessoas isoladamente.
- Conhecer o Código Penal Brasileiro, através da Tipificação dos crimes de abuso e exploração sexual.



**PROGRAMA:**

Crimes Previstos na Legislação Brasileira - investigação e apuração. Estupro, Atentado Violento ao Pudor, Sedução, Favorecimento à Prostituição, Casa de Prostituição, Rufianismo, Tráfico de mulheres, Pornografia.

**5. DISCIPLINA: Violência e Saúde (4 h/a )**

**EMENTA:** Acolhida diferenciada a crianças e adolescentes em situação de violência sexual.

Ginecologia, abordagem sindrômica das DST/AIDS, contracepção de emergência e planejamento familiar. Saúde Mental, o uso de álcool e outras drogas e redução de danos.

Notificação de maus tratos contra crianças e adolescentes. Protagonismo juvenil para profissionais que atuam no atendimento. Qualificação e fortalecimento das relações humanas na atenção à crianças e adolescentes em situação de violência.

**OBJETIVOS:**

Ao final os alunos deverão ser capazes de:

- Compreender os eixos do Plano Nacional para o Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil e as especificidades do Setor Saúde para a referida questão.
- Desenvolver habilidades visando garantir atenção psicossocial integral à crianças e adolescentes em situação de suspeita ou confirmação de maus-tratos/abuso e exploração sexual, assim como proceder a notificação obrigatória, prevista em Lei, para tais situações.

**PROGRAMA:**

- Saúde sexual reprodutiva;
- Saúde Mental;
- Notificação obrigatória;
- Protagonismo Juvenil;
- Fortalecimento das Relações Humanas na atenção integral para crianças e adolescentes em situação de abuso ou exploração sexual.

**6. DISCIPLINA: Violência e Educação (4hs)**

**EMENTA:** A Escola como espaço estratégico para interromper o ciclo da violência sexual, por meio da prevenção e intervenção e desenvolvimento de programa para a saúde sexual da criança e do adolescente junto à comunidade escolar. Ações de notificação prevista em Lei para combater situações de violência sexual -contra crianças e adolescentes em situação escolar.

**OBJETIVO:**

Ao final os alunos deverão ser capazes de:

- Identificar, na escola, crianças e adolescentes em situação de violência sexual.
- Realizar as notificações obrigatórias, previstas em Lei, para tais situações.
- Formular programas, junto a comunidades escolares, que possam interromper o ciclo de violência sexual contra crianças e adolescentes.

**PROGRAMA:**

- A escola enquanto um espaço/rede de proteção contra a violência sexual infanto-juvenil.
- O combate à violência sexual e a exploração sexual comercial: notificação obrigatória, conhecimento do fluxo da rede de atendimento à denúncia e acompanhamento.

**7. DISCIPLINA: Intervenção básicas de atendimento das situações de Abuso e Exploração Sexual (4 h/a)**

**EMENTA:** Refletir sobre as dificuldades nas intervenções frente às situações de abuso e exploração sexual e dos danos secundários decorrentes das formas inadequadas de intervenção no problema. Identificar fatores que dificultam a constituição da Rede de Atenção.





#### OBJETIVOS:

Ao final os participantes deverão ser capazes de:

- Identificar os danos que a própria rede pode propiciar às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, através de intervenções inadequadas e/ou indevidas.
- Compreender o fluxo de atendimento da rede, evitando superposições de ações que podem re-vitimizar crianças e adolescentes.

#### PROGRAMA:

- Situações de abuso e exploração sexual
- Conseqüências de intervenções indevidas
- A “não-intervenção” como um dano secundário
- Situações e procedimentos que penalizam a vítima
- Falta de ações adequadas no atendimento do agressor
- Fatores que dificultam a constituição da rede de atenção.

#### 8. DISCIPLINA: Construindo Redes de Atenção na área da Violência Sexual Infanto -Juvenil (4 h/a)

EMENTA: Refletir sobre a necessidade do funcionamento de uma rede articulada de atenção para que as ações sejam eficientes e eficazes como forma de impedir ações pontuais, não conexas. Pensar métodos de avaliação da rede de atenção. Apresentar e discutir experiências bem sucedidas.

#### OBJETIVOS:

Ao final os alunos deverão ser capazes de:

- Compreender o conceito de rede.
- Identificar o funcionamento adequado de uma rede de proteção.
- Identificar a estrutura da organização da rede de proteção.

#### PROGRAMA:

- Redes de Atenção: estratégias propositivas de integração e qualificação do Sistema de Garantias, de Proteção e Atenção
- A avaliação dos programas, como estratégia de manutenção da qualidade das intervenções
- Experiências bem sucedidas: Protagonismo Juvenil, Educador Social, etc.

#### 9. DISCIPLINA: Implementando o Pacto com a Sociedade (2 h/a)

EMENTA: A responsabilização da sociedade, em seus diferentes segmentos, para a formulação do Pacto de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil como estratégia de fortalecimento das ações locais para o desenvolvimento de uma cultura de prevenção. Tomar como referência o Plano Operativo de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, construído no município.

#### OBJETIVOS:

Ao final os alunos deverão ser capazes de:

- Compreender o funcionamento da rede de proteção e o instrumento para o seu funcionamento através do Plano Operativo.
- Identificar os atores da Rede e o nível de responsabilização coletiva desses atores, junto com o Poder Público, para a implantação efetiva do Plano Operativo.

#### PROGRAMA:

- Compromisso da sociedade no enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil, observada a realidade local;
- Responsabilidade da comunidade para formação de multiplicadores em todos os segmentos para recriar e implementar estratégias visando a solução de problemas locais
- Reordenar o Plano Operativo do município definindo estratégias, a partir da conclusão das atividades desenvolvidas na Capacitação.



## OFICINAS ESPECÍFICAS

### A. O papel da escola e o enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes

Ementa: Sistema de Garantias e Proteção das crianças e adolescentes e o papel da escola.

Dimensões propícias à manifestação da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Dimensões culturais, políticas e econômicas do fenômeno. Identificação de sinais físicos e comportamento de violência sexual. Notificação obrigatória. Estudo de casos.

### B. O papel da saúde no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Ementa: Acolhida diferenciada a crianças e adolescentes em situação de violência sexual.

Ginecologia, abordagem sindrômica das DST/AIDS; contracepção de emergência, planejamento familiar Saúde mental, álcool, drogas e redução de danos. Notificação

Obrigatória. Estudo de Casos.

### C. Metodologias de Atendimento psicossocial especializado:

Ementa: Intervenção psicossocial: planejamento da intervenção em casos da violência sexual.

Trabalho com as famílias. Estudo de casos

### D. O papel do Educador Social:

Ementa: Compreender a atuação do educador social. Analisar a importância do papel do educador social no contexto da violência sexual, como elemento estimulador de um processo de re-inserção social. Analisar a prática no ambiente de rua ou espaço fechado, que técnicas podem ser utilizadas para alcançar os seus objetivos.

### E. Vivência e participação com os jovens

Ementa: Potencializar/instrumentalizar os adolescentes e jovens para articular e desenvolver ações de enfrentamento à violência sexual, na perspectiva do protagonismo juvenil.

### F. Defesa e responsabilização.

Ementa: Sistema de Garantias de Direitos das Crianças e Adolescentes – atribuições e competências dos órgãos. Tipificação dos casos de Violência Sexual previsto no Código Penal Brasileiro. Fluxo e responsabilidades da Rede, no eixo da Defesa e Responsabilização. Estudo de casos

### G. Operadores do Sistema da Política da Assistência Social.

Ementa: Compreender a atuação do operador da Política da Assistência Social. Analisar os programas sociais que podem ajudar a combater o fenômeno da violência. Bolsa escola, PET, entre outros. Estudo de casos.

### H. Comunicação.

Ementa: A compreensão das narrativas cotidianas. Reconhecer e ouvir as narrativas/ histórias das meninas e meninos que sofrem a violência sexual. A responsabilidade da mídia, enquanto Rede de Informação/ Proteção de identificar a violência anunciada, pronunciada e pouco denunciada. Estudo de casos.

### I. Mobilização e Articulação:

Ementa: Construção coletiva de conceitos sobre mobilização e articulação para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Desenvolvimento de atividades práticas de mobilização e articulação. Avaliação das propostas existentes e proposições, dentro do eixo de mobilização e articulação, para do Plano Operativo de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil.



## VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABONG. Crianças, adolescentes e violência: subsídios à IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Cadernos ABONG, nº 29, 2001.
- ABRAMOVAY, M.; WAISELFISZ, J. J.; ANDRADE, M. G. R. Gangues, galeras, chegados e rappers: Juventude, violência e cidadania nas cidades de periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- ABRAPIA. Abuso sexual: mitos e realidade. Rio de Janeiro: Autores & Agentes Associados, 1997. (Coleção Garantia de Direitos. v. 3).
- ABREU, S. R. de. Crianças e adolescentes em situações de risco no Brasil. Rev. Bras. Psiquiatria. n. 1, v. 24, mar. 2002. pp. 5-6.
- ALVIN, P. Os adolescentes vítimas de abusos sexuais. In: GABEL, M. Crianças Vítimas de Abuso Sexual. São Paulo: Summus, 1997.
- ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ASSIS, S. G. O percurso da violência na história ocidental: infância e saúde. In: Horizontes. v.17. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.
- ASSIS, S.G. Crianças e adolescentes violentados: presente e perspectivas para o futuro. Cadernos de Saúde Pública. 10 (supl.1). Rio de Janeiro, 1994. pp 126-134.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (org.). Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1993.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (org.). Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989.
- BATISTA, L.P. Jovens de periferia e escola pública: um estudo de caso. FEUSP, 2001. (Dissertação de Mestrado).
- BICUDO, H. Violência: o Brasil cruel e sem maquiagem. São Paulo: Moderna, 1994.
- BRASIL. Constituição Federal.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº. 8.069/90.
- BRASIL. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Ministério da Justiça, 2000.
- BRAUN, S. A violência sexual infantil na família: do silêncio à revelação do segredo. Porto Alegre: Age, 2002.
- CARVALHO, M. C. B. et al. Trabalhando Abrigos. Série Cadernos de Ação n. 3, São Paulo: IEE/CBIA, 1993.
- CARVALHO, M. C. B.(org.). A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC: Cortez, 2000.
- CHAVES, A . Adoção internacional e o tráfico de crianças. São Paulo: EDUSP, 1994.
- CLAVES. Centro Latino-Americano de Estudo de Violência e Saúde “Jorge Careli”. Prostituição infantil feminina: significado e encaminhamento do problema. Rio de Janeiro: CLAVES: FIOCRUZ: OPS, 1994.
- CLÍMACO, A. A. S. Repensando as concepções de adolescência. São Paulo: PUC, 1991. (Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação).
- COSTA, A. C. G. Infância, Juventude e Política Social no Brasil. In: Brasil criança urgente. São Paulo: Columbus, 1989.
- COSTA, A. C. G. Por uma pedagogia da presença, Brasília: CBIA, 1991.



- COSTA, A. C. G. O adolescente como protagonista. In: SCHOR, N. (org.). Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento. v. I. Brasília: Ministério da Saúde, 1999. pp. 75-79.
- COSTA, M. L.; ROSA, C. M. C. M. P. Violência física e sexual contra crianças e adolescentes: uma pesquisa diagnóstico no município de Corumbá – MS. Corumbá: UFMS: CREIA, 2000.
- CRUZ NETO & MOREIRA, M. R. A concretização das políticas públicas em direção a prevenção da violência estrutural. Ciência e Saúde Coletiva. n. 4 (1). 1999. pp. 33-52.
- DESLANDES, S. F. Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. In: Cadernos de Saúde Pública. 10 (supl.1). Rio de Janeiro, 1994.
- DIMENSTEIN, G. Cidadão de papel. 20. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- DIMENSTEIN, G. Meninas da noite: a prostituição de meninas escravas no Brasil. São Paulo: Ática, 1992.
- FALEIROS, E. T. S. Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes. Brasília: Thesaurus, 2000.
- FALEIROS, V. P. (coord.). Fundamentos e Políticas Contra Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes. Brasília: Ministério da Justiça, 1997.
- FERREIRA, R. Política educacional e poder local: análise das repercussões do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na educação de municípios pernambucanos. Revista Brasileira de Educação. n. 19. jan/fev/mar/abr, 2002.
- FORMOSINHO, J. e A ., S. B. Entre o risco biológico e o risco social: um estudo de caso. Educação e Pesquisa v. 28, n. 2, jul./dez. 2002. pp. 87-103.
- FURNISS, T. Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- GABEL, M. (org.). Crianças vítimas de abuso sexual. São Paulo: Summus, 1997.
- GOMES R. O corpo na rua e o corpo da rua: a prostituição infantil feminina em questão. São Paulo: Unimarco, 1996.
- GOMES R. Prostituição infantil: uma questão de saúde pública. Cad. Saúde Pública. 1994. 10:58-66.
- GOMES, R. Prevenção à violência contra a criança e o adolescente sob a ótica da saúde: um estudo bibliográfico. Ciência e Saúde Coletiva. 4 (1), 1999. pp 171-181.
- GOMES, R., DESLADES, S. F., VEIGA, M. M. et al. Por que as crianças são maltratadas ? Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura. Cadernos de Saúde Pública. v. 18, n. 3. maio/jun. 2002. pp.707-714. ISSN 0102-311X.
- GOMES, R; MINAYO, M. C. S.; FONTOURA, H. A. A prostituição infantil sob a ótica da sociedade e da saúde. Revista de Saúde Pública: 33 (2), 1999. pp.171-179.
- GONZÁLEZ, R. S. Saiba como dizer não à violência. Brasília: MNMMR, 1995.
- GUERRA, V. Repensando a violência de pais contra filhos. In: Serviços Social e Sociedade. VII (22). São Paulo: Cortez, 1996.
- GUERRA, V. N. de A. Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada. São Paulo: Cortez, 1998.
- HUTZ, C. S. (org.). Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- JESUS, D. E. Tráfico internacional de mulheres e crianças. São Paulo: Saraiva, 2003.
- KOLLER, S. H.; ANTONI, C. D. A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrfamiliar. In: Estudos de Psicologia. 5 (2). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.





- LEAL, M. F. P.; CÉSAR, M. A. (org.). Indicadores de violência intra-familiar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Brasília: CECRIA: Ministério da Justiça: CESE, 1998.
- LEAL, M. L. P. Exploração sexual comercial de meninos, meninas e de adolescentes na América Latina e Caribe: Relatório Final – Brasil. Brasília: CECRIA: UNICEF: CESE: Ministério da Justiça: Visão Mundial: Instituto Interamericano del Niño, 1999.
- LEVISKY, D. L. (org.). Adolescência e violência - ações comunitárias na prevenção: conhecendo, articulando, integrando e multiplicando. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- LEVISKY, D. L. (org.). Adolescência pelos caminhos da violência: a psicanálise na prática social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- LEVISKY, D. L. (org.). Adolescência e violência: conseqüências da realidade brasileira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- MADEIRA F.R. Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.
- MALLAK, L. S. ; VASCONCELOS, M. G. O. M. (org.). Compreendendo a violência sexual em uma perspectiva multidisciplinar. São Paulo: Fundação Orsa Criança e Vida, 2002.
- MARQUES, M. A. B. (org.). Violência doméstica contra crianças e adolescentes. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MENEGHEL, S. N.; GIUGLIANI, E. J.; FALCETO, O. Relações entre violência doméstica e agressividade na adolescência. Cad. Saúde Pública. v. 14, n. 2, abr./jun. 1998. pp.327-335.
- MINAYO, M.C.S. et. al. Fala galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond: UNESCO: FIOCRUZ, 1999.
- MINAYO, M. C. S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, 10, 1994.
- MINAYO, M. C. S. Violência, direitos humanos e saúde. Mimeo. [s.d. ].
- MONTEIRO, M. C. N.; CABRAL, M. A.; JODELET, D. As representações sociais da violência doméstica: uma abordagem preventiva. Ciência e Saúde Coletiva. 4 (1), 1999.
- MYNAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. É possível prevenir a violência? Ciência e Saúde Coletiva. 4 (1), 1999. pp. 7-32.
- MYNAYO, M. C. S. Os muitos Brasil. São Paulo: HUCITEC: ABRASCO, 1995.
- OAB. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Revista Virtual de Direitos Humanos. ano 2, n. 2, Março 2002. (Edição Especial).
- REICHENHEIM, M. E. et. al. Conseqüências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente: contribuições para a elaboração de propostas de ação. Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, v.4 (1), 1999.
- SAFFIOTI, H. Exploração sexual de crianças. In: Azevedo, M. A.; Guerra, V. N. de A. Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989.
- SAFIOTTI, H. I. B. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil Atual. In: MADEIRA, F. R. Quem Mandou Nascer Mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: UNICEF: Rosa dos Tempos, 1997.
- SANTOS, B. R. A cidadania “regulada” de crianças e adolescentes. Estudos (Revista da Universidade Católica de Goiás). n. 1, v. 26. Goiânia, 1999.
- SANTOS, B. R. A emergência da concepção moderna de infância e adolescência. São Paulo: PUC-SP, 1996. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - Antropologia).
- SANTOS, H. O. Crianças violadas. Brasília: Ministério da Ação Social: CBIA, [s.d.].





- SAWAIA, B. (org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SÊDA, E. O Novo Direito da Criança e do Adolescente. Brasília: CBIA: Ministério da Ação Social, 1991.
- SIMONETTI, C.; BLECHER, M.; MENDEZ, E. M. (compiladores). Do avesso ao direito. São Paulo: Secretaria de Estado da Criança e do Bem Estar Social/SP: UNICEF-Brasil, 1994.
- SOUSA, S. M. G. Prostituição infantil e juvenil: uma análise psicossocial do discurso de depoentes da CPI. São Paulo: PUC-SP, 2001. (Tese de Doutorado em Psicologia Social).
- SOUSA, S. M. G. (org). Infância, Adolescência e Família. Goiânia: Cãnone, 2001.
- SPOSITO, M. P. A instituição escolar e a violência. Cadernos de Pesquisa. n. 104. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, jul. 1998.
- SZYMANSKI, H. Trabalhando com Famílias. Série Cadernos de Ação n. 1. São Paulo: IEE: CBIA, 1992.
- TEIXEIRA, C.L. O outro lado do espelho: a exploração sexual sob o olhar de adolescentes prostituídas. São Paulo: PUC-SP, 2001. (Dissertação de Mestrado em Psicologia Social).
- VAZ, M. A situação do abuso sexual e da exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes no Brasil. In: COSTA, J. J. (coord.). Rompendo o Silêncio: Seminário Multiprofissional de Capacitação Sobre Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. São Luiz: CEDECA: Procuradoria da Justiça, 1997.
- WESTPHASL, M. F. (org.). Violência e criança. São Paulo: Edusp, 2002.
- WINNICOTT, D. A família e o desenvolvimento individual. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- WINNICOTT, D. Privação e delinquência. São Paulo: Martins Fontes, 1987.